



Dezembro 2013

ANGOLA - NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO**Breves notas de uma visita recente**

- ⚡ Na primeira década pós-pacificação, Angola registou um desempenho económico reconhecido e assinalável. Neste período, geraram-se os principais alicerces para o surgimento do desenvolvimento económico, abrangendo não apenas reconstrução ou criação de raiz de infra-estruturas como também o reforço das próprias instituições e unidades produtivas. Para além da reduzida base de partida, a capacidade de implementação de políticas macroeconómicas e de estabilização coerentes bem como a correcta canalização de recursos, colocando a ênfase numa primeira fase na reposição da capacidade de exploração petrolífera, explicam os resultados alcançados: em cerca de 10 anos, desde 2002, a dimensão da economia angolana decuplicou e o país passou a integrar, desde 2012, o grupo de economias de rendimento médio, de acordo com os critérios do Banco Mundial.
- ⚡ Angola encontra-se actualmente no vértice de uma nova era pois o sector petrolífero tenderá a gerar contributos incrementais decrescentes para o crescimento, à medida que se aproxima o limiar máximo da capacidade extractiva. Neste contexto, o comportamento e respectivo contributo dos restantes sectores de actividade serão determinantes, justificando a expectativa de vários organismos internacionais de que o ritmo de crescimento abrande para níveis em torno dos 5%-6% nos próximos anos. Nesta fase os desafios são substanciais pois, para além de um continuado esforço de investimento em infra-estruturas, importa robustecer as instituições, promover uma distribuição de rendimento mais equitativa, fomentando o emprego, e aumentar a qualidade de vida da população.
- ⚡ A médio prazo, o potencial de crescimento continua muito elevado. Basta recordar a dimensão geográfica, as potencialidades minerais, hídricas e de exploração agrícola, bem como a baixa densidade populacional, uma das menores do mundo (cerca de 16 habitantes por Km²). Considerando a pirâmide etária actual (cerca de 60% da população tem menos de 25 anos) e o ritmo de crescimento demográfico, associados ao esforço de investimento em educação, conclui-se que o potencial de crescimento do capital humano é possivelmente o maior activo mas também o maior desafio para as autoridades governativas. Neste contexto, é urgente acelerar o processo de diversificação da economia, não só para reduzir o peso do sector petrolífero na estrutura produtiva do país, nas receitas orçamentais e nas exportações e desta forma reduzir a exposição a choques externos, mas também tendo como objectivo a criação de emprego.
- ⚡ Estudos recentes evidenciam o impacto da escassez e deficiência de infra-estruturas na limitação do ritmo de crescimento potencial de médio prazo na região de África subsaariana. Efectivamente, infra-estruturas frágeis aumentam os custos, reduzem a eficiência e limitam o comércio inter-regional, com impacto no crescimento potencial e restringindo o desenvolvimento de sectores mão-de-obra intensivos, tais como a agricultura e manufactura. Em consequência, a região compara desfavoravelmente com outras regiões do globo em termos de desenvolvimento humano e competitividade global. O crescimento potencial da economia angolana está também condicionado pelas limitações ao nível de infra-estruturas.

Paula Gonçalves Carvalho
Email: paula.goncalves.carvalho@bancobpi.pt

Nuno André Coelho
Email: nuno.andre.coelho@bancobpi.pt



Angola - Porto Comercial do Lobito

ÍNDICE	Pág.
ANGOLA - NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO	
ECONOMIA EM TRANSIÇÃO	03
ESTABILIDADE MACROECONÓMICA - Pilar central do Modelo de crescimento de Angola	05
RESERVAS PETROLÍFERAS - Angola está entre os 20 Países com maiores reservas de petróleo bruto... ... mas não é auto-suficiente no consumo de petróleo refinado	06 06
CONSTRANGIMENTOS - desenvolvimento penalizado pela fraca qualidade do ensino, ausência de infra-estruturas e burocracia excessiva... ... bem como pelo elevado nível de preços interno	06 08
FINANÇAS PÚBLICAS - Planeamento revela-se necessário para manter equilíbrio mas as contas públicas continuam muito dependentes de receitas do petróleo	09 09
ANGOLA É CANDIDATA A PAÍS DE RENDIMENTO MÉDIO... ... mas desigualdades sociais e níveis de pobreza mantêm-se elevados	11 11
NOVA LEI CAMBIAL - Sistema Bancário com novo dinamismo... ...caracterizado por elevada liquidez	12 13
CONCLUSÃO	14
BASE DE DADOS	15

ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Paula Gonçalves Carvalho Economista-Chefe

Nuno André Coelho
Teresa Gil Pinheiro

ANÁLISE TÉCNICA & MODELOS DE TRADING
Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86 Fax: 351 21 353 56 94

Email: deef@bancobpi.pt

<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research>

<http://www.bancobpi.pt>

<http://www.bfa.ao>

ECONOMIA EM TRANSIÇÃO

Após um período de rápido crescimento, a economia Angolana deverá passar por uma fase de expansão mais moderada marcada pela diversificação do sector produtivo e pela afirmação de um sector privado empresarial robusto. O Estado deverá manter um papel determinante na oferta de infra-estruturas básicas e no apoio social à população, determinantes para o sucesso económico de Angola. Depois de um período de franca expansão, iniciado em 2002 com o fim da guerra civil e caracterizado por um forte investimento público em infra-estruturas e pelo desenvolvimento do sector petrolífero - apoiado também por factores externos, como uma conjuntura externa favorável e o aumento do preço internacional do petróleo -, o crescimento tenderá a diminuir nesta fase de transição. De acordo com as últimas projecções do FMI, a economia (real) deverá crescer a um ritmo médio anual de 5.9% entre 2013 e 2017, que contrasta com a taxa média de crescimento anual de 15.1% entre 2002 e 2008 (15.3% do PIB petrolífero e 15.0% do PIB não petrolífero).

O crescimento económico em 2013 deverá ficar limitado pela baixa execução orçamental, de acordo com os últimos dados divulgados pelo Ministério das Finanças. Nas previsões inseridas no World Economic Outlook de Outubro, o FMI reviu em baixa as estimativas de crescimento de Angola em 2013 para 5.6%, menos 0.6 pontos percentuais (pp) em relação à estimativa de Abril, enquanto que o crescimento da economia em 2014 foi revisto em -1.0 pp para 6.3% (ainda assim apontando para um crescimento elevado). Estas previsões estão mais próximas das estimativas do BPI, onde projectamos um crescimento real do PIB de 5.2% em 2013 e de 5.3% no próximo ano. Entretanto, o Executivo também já reconheceu que o ritmo de expansão em 2013 deverá ficar mais próximo de 5.1%, inferior ao crescimento de 7.1% projectado no Plano Nacional de Desenvolvimento para 2013-17 (PND) em Dezembro do ano passado.

Previsões para 2013:

	Data da previsão	PIB real (%)	Inflação no final do ano(%)
BPI	Nov-13	5.2	9.0
FMI	Out-13	5.6	8.9
Banco Mundial	Jun-13	7.2	8.0
OCDE	Mai-13	8.2	8.7
EIU	Nov-13	6.8	8.7
Governo Angola	Out-13	5.1	9.0

O crescimento do país, embora temporariamente mais reduzido, deverá permanecer elevado no longo-prazo. O crescimento populacional - segundo as estimativas do FMI, a população deverá crescer a uma taxa média anual de 3% nos próximos anos - e a aposta no ensino, em particular, deverão conduzir a um aumento da mão-de-obra qualificada, constituindo dois principais factores-chave para o desenvolvimento angolano. Angola deverá também continuar a beneficiar de um forte programa de investimentos públicos e de fluxos crescentes de capital estrangeiro, atraídos pelo potencial de crescimento do país.

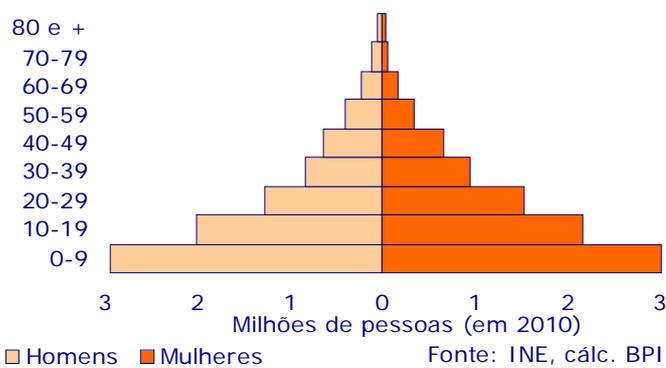
O processo de diversificação da economia revela-se necessário para reduzir o peso do sector petrolífero na estrutura produtiva, nas receitas orçamentais e nas exportações e desta forma reduzir a exposição a choques externos. De facto, foi a queda abrupta do preço internacional do petróleo em 2009, associada a alegados problemas técnicos de exploração, que ditou a redução da produção petrolífera diária e provocou uma forte desaceleração da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para 2.4%, muito inferior aos 13.8% de 2008. O sector petrolífero é actualmente responsável por cerca de 45% do volume de produção nacional, por 91% das receitas de exportação e por 75% das receitas orçamentais¹.

A aposta na diversificação da economia deverá dar primazia aos sectores com maior potencial de desenvolvimento, tendo também em consideração a capacidade de absorção da mão-de-obra. A posição geográfica de Angola e o clima favorável à prática agrícola, bem como o facto de serem mais trabalho-intensivos, colocam os sectores das pescas, agricultura e pecuária como sectores estratégicos para o país. Por outro lado, os sectores da agro-indústria e do comércio poderão beneficiar do crescimento económico e da distribuição da riqueza gerada pelo sector petrolífero, bem como da (ainda) elevada dependência de importações.

Em teoria, uma redução da taxa de crescimento tende, no entanto, a ser associada a uma economia em transição para um novo patamar mais elevado de desenvolvimento. A produtividade marginal do capital, seja de capital físico ou humano,

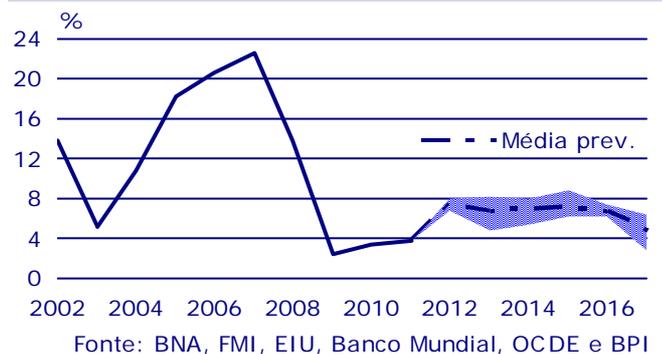
¹ O peso do sector petrolífero no PIB e nas receitas orçamentais têm como fonte as estimativas do Ministério do Planeamento e do Ministério das Finanças, respectivamente, para 2012, e as receitas de exportação são retiradas das Estatísticas de Comércio Externo do INE referentes ao 2º trimestre de 2013.

Base alargada da pirâmida etária: potencia forte crescimento da mão-de-obra

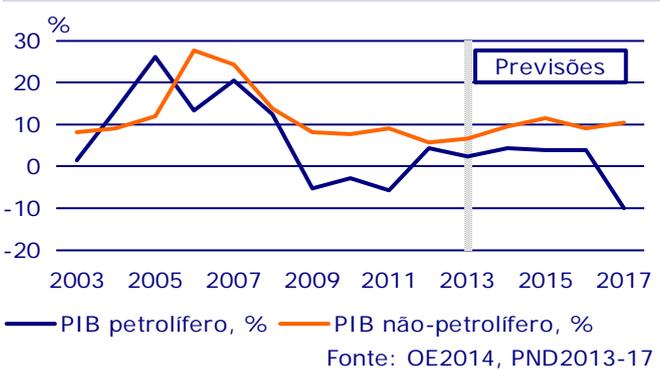


tende a ser decrescente, pelo que unidades adicionais de investimento geram um menor efeito positivo sobre o crescimento (veja-se o gráfico em baixo). Desta forma, o modelo de crescimento terá que dar maior importância à optimização da alocação dos recursos disponíveis, que terá necessariamente que passar por uma maior aposta no investimento do sector privado, possivelmente adequando a lei do investimento privado (que actualmente define os princípios e incentivos concedidos pelo Estado apenas a investimentos superiores a USD 1 milhão). A redução das desigualdades de rendimento, possibilitando o aparecimento de uma classe média com alguma dimensão, será também determinante para elevar a capacidade de crescimento da economia.

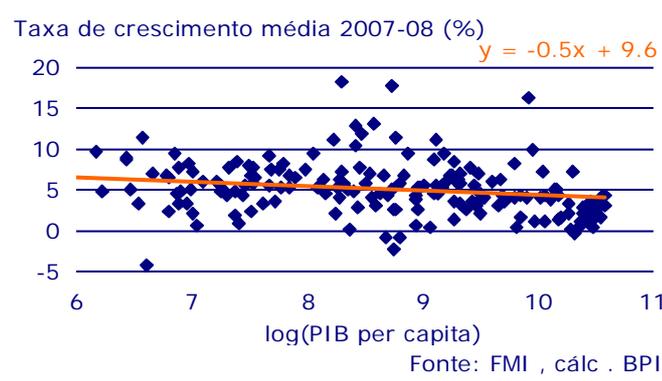
As previsões apontam para uma evolução mais moderada do crescimento real do PIB



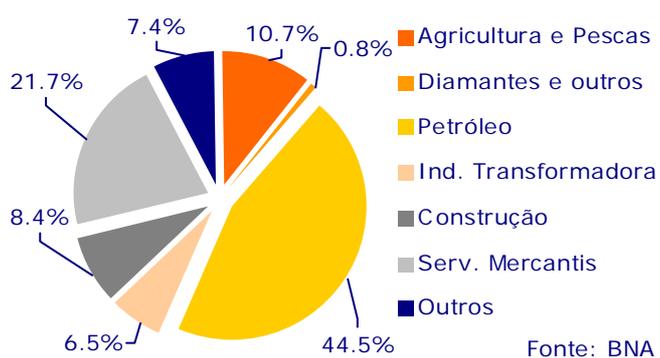
Desaceleração do crescimento do PIB (real) deverá ser comum a todos os sectores



Taxa de crescimento tende a diminuir com acumulação de capital (*)



Composição do PIB por sector (2012)



Nota: (*)O gráfico foi construído com base numa amostra de 186 países retirada do WEO do FMI de Abril de 2013. Foram excluídos o Kosovo, San Marino e Sudão do Sul por não existirem dados para o período em análise. Foram também excluídos outliers, definidos como países tendo taxas de crescimento iguais à média +/- 2 vezes o desvio padrão da amostra. A utilização do período terminado em 2008 pretende excluir o efeito da desaceleração do crescimento das economias avançadas no seguimento da crise financeira global. O efeito encontrado, apesar de não ser muito significativo e ter sido calculado de forma simplista, pretende constituir apenas uma referência ao debate académico centrado em torno dos determinantes do crescimento económico (ver Solow, Robert M. (1956): "A Contribution to the Theory of Economic Growth", Quarterly Journal of Economics, 70, 1: 65-94).

Num relatório recente do Institute of International Finance (IIF) evidenciam-se alguns dos factores que constroem o crescimento nos países da África Subsariana, destacando-se a necessidade de reformas estruturais para relançar o crescimento de médio-prazo. Para além da necessidade de reduzir a dependência de exportações de commodities, que deixa estas economias bastante vulneráveis a flutuações exógenas dos preços nos mercados internacionais, o IFF alerta para as fracas infra-estruturas físicas, nomeadamente no acesso à energia e no transporte. Em relação ao primeiro, a fraqueza dos países africanos - comum a Angola - reflecte-se em geração insuficiente de energia eléctrica, na fraca distribuição e também na reduzida fiabilidade da energia gerada, o que resulta em custos mais elevados para o sector

Dependência de commodities, % das exportações de bens em 2012

	Petróleo	Metais preciosos	Minerais	Cobre	Cacau	Chá e horticultura
Angola	98.4	-	-	-	-	-
África do Sul	-	21.8	26.1	-	-	-
Nigéria	83.9	-	-	-	-	-
Quênia	-	-	-	-	-	38.1
Tanzânia	-	36.3	-	-	-	-
Zâmbia	-	-	-	67.8	-	-
Gana	22.0	41.7	-	-	20.9	-
Costa do Marfim	-	-	-	-	22.5	-

Fonte: IIF, INE Angola. Nota: - sem significância

privado, que é obrigado a utilizar geradores com maiores custos de utilização para cobrir as necessidades energéticas. Destaca-se o caso da Nigéria, que, devido ao elevado défice energético, adoptou reformas para aumentar substancialmente a capacidade de geração interna de energia eléctrica nos próximos 2-3 anos e que tem em curso um plano ambicioso de geração de energia até 2020. Por sua vez, a ausência de uma rede de transportes moderna, eficiente e abrangente é outro obstáculo principal ao crescimento, fazendo aumentar os custos operacionais das empresas e restringindo o acesso a diferentes mercados, tanto internos como externos.

O reduzido investimento em infra-estruturas e os resultantes constrangimentos na óptica da oferta têm condicionado o crescimento e o desenvolvimento de sectores mais intensivos em mão-de-obra, como a agricultura e a indústria. Em consequência, a região compara desfavoravelmente com outras regiões do globo em termos de capital humano e competitividade.

ESTABILIDADE MACROECONÓMICA - PILAR CENTRAL DO MODELO DE CRESCIMENTO DE ANGOLA

A economia Angolana foi severamente afectada pela redução do preço do petróleo nos mercados internacionais em 2008-09, o que provocou uma acentuada desaceleração do crescimento económico, uma quebra abrupta das receitas orçamentais e um défice significativo da balança corrente. Com o objectivo de apoiar a resposta do país aos efeitos da crise financeira global, foi celebrado um acordo com o Fundo Monetário Internacional (sob a forma de um *stand-by agreement*) que culminou com o desembolso de USD 1.4 mil milhões (MM), o equivalente a cerca de 2% do PIB.

Com o apoio do FMI até Março de 2012, Angola passou por um período de acentuado progresso a nível institucional e restabeleceu a estabilidade financeira e macroeconómica. A política monetária foi significativamente reformulada, tendo sido, entre outras reformas, criado o comité de política monetária do Banco Nacional de Angola (BNA). Foi também criada a taxa de referência, a LUIBOR, como instrumento de política, com o objectivo de constituir uma referência para operações denominadas em kwanzas, e foram adoptadas várias medidas de regulação, incluindo restrições mais apertadas nos empréstimos em moeda estrangeira, limites à exposição dos bancos a moeda estrangeira e uma nova lei cambial para o sector petrolífero.

Depois do choque de 2009, as reservas internacionais aumentaram expressivamente com o objectivo de limitar a vulnerabilidade da economia a choques exógenos negativos. Neste sentido, foi também criado o Fundo Soberano de Angola, estabelecido definitivamente em 2012 com uma dotação inicial de USD 5MM, com o objectivo de ajudar a promover o investimento público e o desenvolvimento do país. A dotação inicial será repartida entre investimentos alternativos (no sector agrícola, em infra-estruturas, mineração, etc., tanto em Angola como noutros países africanos) e em instrumentos financeiros.

Foram ainda adoptadas medidas para melhorar a gestão e a transparência das contas públicas, destacando-se a introdução de um relatório trimestral sobre a execução orçamental e de controlo da dívida pública. A obrigatoriedade de algumas despesas da concessionária estatal petrolífera, Sonangol, serem assumidas no Orçamento de Estado de 2013 e o reforço dos sistemas de contabilidade e auditoria à empresa também constituem um esforço para melhorar a gestão das receitas orçamentais e a transparência da despesa pública.

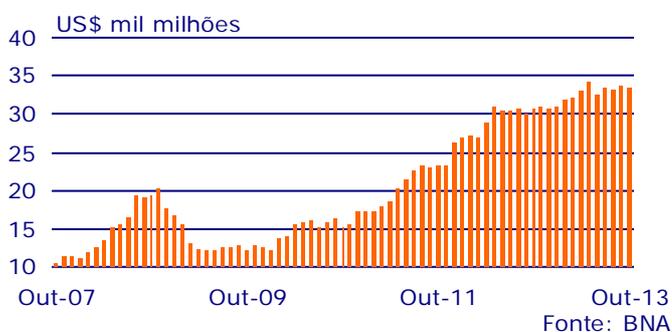
Em retrospectiva, a forte desaceleração da actividade económica em 2009 parece ter sido determinante para reforçar os alicerces do enquadramento macroeconómico de Angola. O país está agora melhor preparado para mitigar choques externos e a credibilidade externa das contas públicas saiu reforçada. O desenvolvimento de mecanismos de transparência e de controlo financeiro deverá assegurar o reforço do investimento estrangeiro em Angola, pelo que deverá ter um impacto significativo no crescimento económico a médio-prazo.

RESERVAS PETROLÍFERAS - ANGOLA ESTÁ ENTRE OS 20 PAÍSES COM MAIORES RESERVAS DE PETRÓLEO BRUTO...

No final de 2012, as reservas de petróleo estimadas em Angola equivaliam a 12.7 mil milhões de barris, cerca de 0.8% das reservas mundiais. Angola é o 17º país no mundo com as maiores reservas e o 3º entre os países Africanos, de acordo com a petrolífera internacional British Petroleum. Com base na actual capacidade de extracção, estas reservas serão suficientes para garantir 19.4 anos de produção petrolífera.

Reservas aumentaram após 2009 reforçando a robustez externa

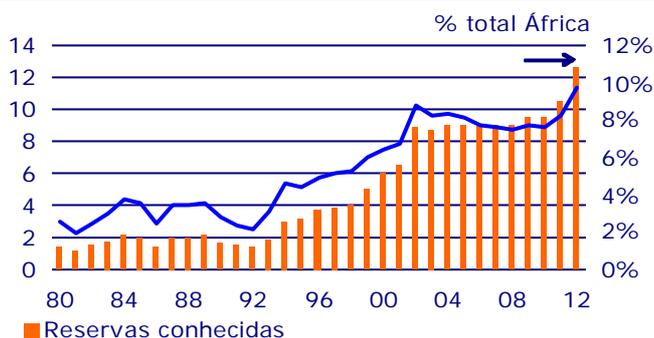
Reservas internacionais líquidas



A comparação internacional torna-se ainda mais favorável na óptica da produção. Com uma produção média diária de 1.78 milhões de barris em 2012, um aumento de 3.4% face a 2011, Angola foi responsável por 2.4% da produção mundial nesse ano, por 18.9% da produção de África (tendo sido o 2º maior produtor no continente africano) e por 4.8% da produção da OPEP.

Angola é também o 4º maior produtor mundial de diamantes (em termos de valor, de acordo com dados para 2009 divulgados pelo The Economist), com uma produção anual equivalente a USD 1.18MM (a lista é liderada pela Rússia, com uma produção equivalente a USD 2.34 MM). O potencial de crescimento do sector diamantífero também é elevado, tendo Angola capacidade para ser um dos principais países de referência para o sector.

Reservas de petróleo em Angola são uma importante fracção das reservas africanas



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2013

... MAS NÃO É AUTO-SUFICIENTE NO CONSUMO DE PETRÓLEO REFINADO

Apesar das vastas reservas de petróleo bruto, Angola não produz petróleo refinado em quantidade suficiente para satisfazer o consumo interno. Apenas uma refinaria, a de Luanda, está activa no país, estando a refinaria do Lobito ainda em fase de construção.

Apesar de ser o segundo maior produtor africano de petróleo, Angola continua um importador líquido de produtos derivados do petróleo. De acordo com dados do Ministério dos Petróleos, em Agosto foram exportadas 100 mil toneladas métricas de produtos refinados de petróleo mas foram importadas cerca de 379 mil toneladas, das quais 92% correspondem a importações de gasóleo e gasolina.

CONSTRANGIMENTOS - DESENVOLVIMENTO PENALIZADO PELA FRACA QUALIDADE DO ENSINO, AUSÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURAS E BUROCRACIA EXCESSIVA...

Angola caiu uma posição no último *ranking Doing Business*, que avalia a facilidade na concretização de negócios locais em 2014, publicado pelo Banco Mundial, para o 179º lugar (em 189 países). O país aparece na última posição na capacidade de resolução de insolvências, com os credores a não conseguirem recuperar nenhuma fracção do capital investido de uma empresa em falência (contrasta com uma taxa de retorno de 19% na média da África Subsariana). Na componente que avalia a execução de contratos acordados, Angola está na 187ª posição. A elevada burocracia e os custos necessários para criar uma empresa colocam Angola no 178º lugar no índice que mede a facilidade de iniciar um negócio. Por sua vez, Angola é o 19º país onde é mais difícil obter electricidade (em termos de custo e tempo necessário).

Da mesma forma, Angola surge na 142ª posição no *ranking* dos 148 países do Índice de Competitividade Global (ICG) para 2013-14, compilado pelo Fórum Económico Mundial (FEM), depois de ter sido excluída no ano passado por não terem sido apresentados dados em número suficiente. Aparece mesmo na última classificação do *ranking* nalguns dos pilares utilizados na construção do índice (em 114 indicadores apresentados, Angola está classificada na última posição em 13 - cerca de 11%). Apenas as classificações referentes ao ambiente macroeconómico escapam à cauda do *ranking*. De facto, o país está mesmo nas posições dianteiras, classificado em 9º e 39º lugar, no que respeita ao saldo orçamental e à dívida pública. A estabilidade macroeconómica é também assegurada pelo controlo da inflação, para níveis de um dígito, bem distantes da hiper-inflação registada durante o período de guerra civil.

Entre os factores mais referidos por empresários do país como principais obstáculos à concretização de negócios, aparece com 14.9% de respostas a falta de qualificações da população activa e com 14.7% a excessiva e ineficiente burocracia do governo, para além do problema estrutural associado à corrupção, que é o principal obstáculo para 18.9% dos empresários inquiridos. Com 13.8% das respostas é apontada a dificuldade em obter financiamento e com 10.0% a desadequada oferta de infra-estruturas (incluindo redes de transporte, infra-estruturas para armazenamento e distribuição de energia eléctrica ou infra-estruturas de apoio às telecomunicações). Na classificação do ICG, o país está posicionado em último lugar no pilar relativo à qualidade das infra-estruturas, o que é bastante revelador das limitações estruturais que restringem o crescimento económico.

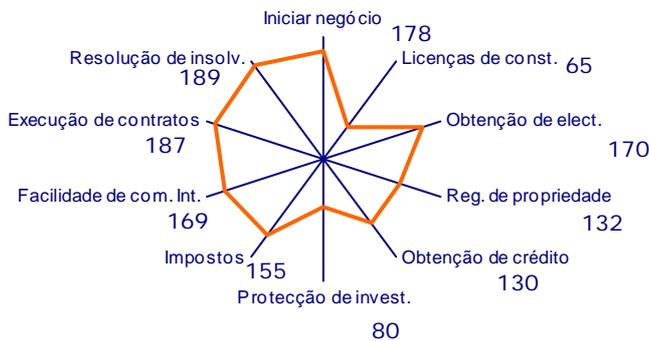
Angola surge ainda no ICG no grupo dos países que estão em transição do primeiro estágio de desenvolvimento (*factor-driven*) para o segundo estágio (*efficiency-driven*). Segundo esta classificação, a competitividade do país já não está assente em salários baixos e na oferta de bens básicos ou de *commodities*, em que o trabalho não qualificado e a

abundância de recursos naturais são os factores que promovem o desenvolvimento, encontrando-se em transição para o segundo estágio de desenvolvimento, em que salários mais elevados requerem maior eficiência nos processos de produção e maior qualidade dos produtos de forma a manter a competitividade da economia².

No entanto, o peso da exploração de recursos naturais na economia local e as vastas reservas de minerais ainda por explorar sugerem que as *commodities* deverão continuar na base do crescimento Angolano no médio prazo. Adicionalmente, para que consiga alcançar um patamar de desenvolvimento mais elevado, Angola terá que corrigir problemas estruturais que persistem, principalmente ao nível da qualidade do ensino e das infra-estruturas. O crescimento económico tem sido limitado, não devido à excessiva dependência do sector petrolífero, mas sobretudo devido aos desequilíbrios estruturais gerados por essa dependência.

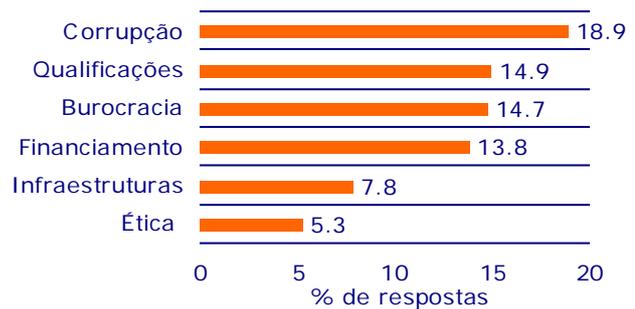
Empresários com dificuldades em estabelecer negócios em Angola

Posição no ranking *Doing Business*



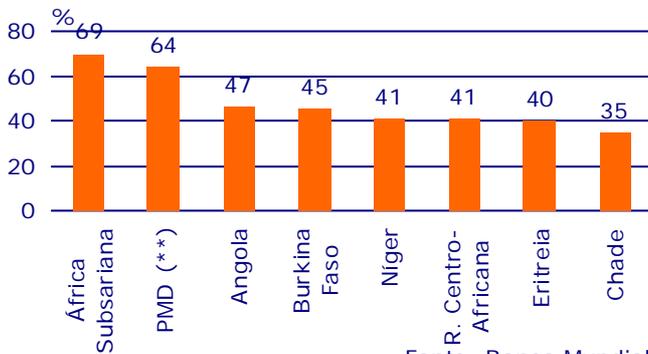
Fonte: Banco Mundial

Principais obstáculos à realização de negócios



Fonte: Global Competitiveness Report 2013-14

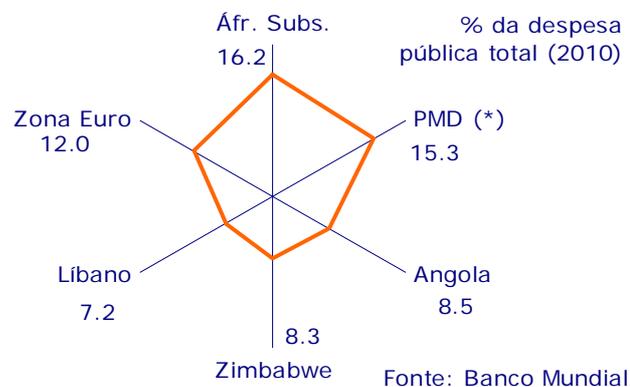
Alunos com ensino primário completo em 2011 (*)



Fonte: Banco Mundial

Nota: (*) Valores expressos em percentagem da população com idade teórica para entrar no último ano do ensino primário; (**) PMD: Países Menos Desenvolvidos, classificados de acordo com as Nações Unidas.

Despesa pública para a educação está entre os níveis mais baixos do mundo



Fonte: Banco Mundial

A qualidade do ensino, principalmente, é preocupante, podendo ser limitadora da produtividade da mão-de-obra e consequentemente do potencial de crescimento e de desenvolvimento do país. Começando pelo ensino primário - é aqui que se inicia o desenvolvimento cognitivo e onde são ensinados os principais valores da vida em sociedade (a falta de ética no trabalho é considerada o principal obstáculo à actividade empresarial para 7.8% dos empresários inquiridos no ICG) -, será eventualmente necessário repensar o sistema de aprendizagem, modernizando as escolas e requalificando os professores e métodos de ensino. A confirmação de um efeito positivo e significativo da escolaridade sobre o crescimento

² O FEM define competitividade como "o conjunto de instituições, políticas e factores que determinam o nível de produtividade de um país (...) que por sua vez determina o nível de prosperidade que pode ser alcançada por uma economia". É também referido que "a produtividade determina as taxas de retorno obtidas pelos investimentos na economia, que por sua vez são fundamentais para elevar as taxas de crescimento". Segundo o FEM, existe uma relação linear entre produtividade e crescimento, o que nos parece um pouco contraditório: se assim fosse, economias mais produtivas como a Alemanha ou os EUA deveriam crescer a um ritmo médio anual superior ao de Angola, por exemplo, o que não é o caso. Pese embora esta aparente contradição, continuaremos a analisar o ICG numa óptica de análise de país, incluindo do seu estágio de desenvolvimento, e não necessariamente numa óptica de competitividade.

económico de um país já está há muito demonstrada na literatura académica. Por exemplo, um estudo de E. Hanushek e de L. Wößmann da série de *working papers* do Banco Mundial conclui que existe uma forte correlação entre a qualidade do ensino medida pelas habilidades cognitivas (mais do que apenas a frequência escolar) e o crescimento económico³. Considerando que os indicadores de ensino em Angola estão entre os mais baixos do mundo, particular atenção deve ser dada neste campo.

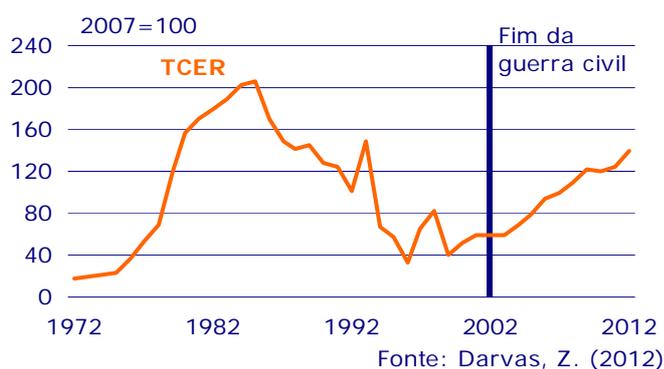
Apesar das limitações, destacam-se os progressos alcançados nesta matéria, em particular o aumento significativo do número de estudantes desde o fim da guerra civil, o que deverá traduzir-se num aumento da mão-de-obra qualificada no país. Em 2011, cerca de 63% da população com mais de 5 anos já tinha atingido o ensino primário e cerca de 1/3 tinha atingido o ensino secundário (apesar de persistirem elevadas diferenças entre a população residente em áreas urbanas e rurais: por exemplo, enquanto que 81.1% da população urbana atingiu o ensino secundário, apenas 51.9% da população rural atingiu esse grau de ensino). Em 2010, estavam inscritos cerca de 6.2 milhões de alunos em todo o tipo de ensino, o equivalente a 35% da população (com base em estimativas do INE). Do mesmo modo, a percentagem de alunos no ensino pré-primário relativamente à população em idade de frequentar este tipo de ensino (a iniciação escolar destina-se a crianças com 5 anos) aumentou de 27.2% em 1999 para 104.4% em 2010, de acordo com estimativas do Banco Mundial.

... BEM COMO PELO ELEVADO NÍVEL DE PREÇOS INTERNO

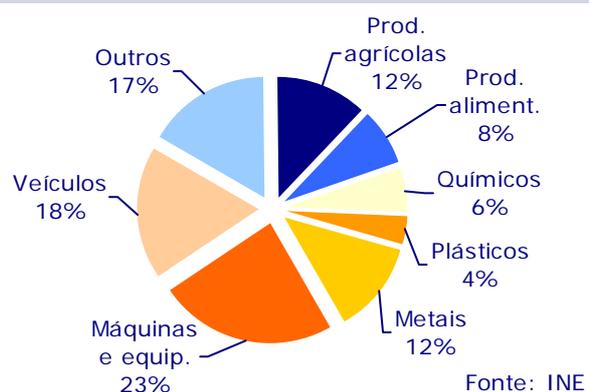
Apesar da significativa desvalorização nominal que o kwanza sofreu desde o início do novo milénio (o câmbio USD/AOA está actualmente em torno dos 96, mais de 800% superior ao câmbio médio do ano 2000), a taxa de câmbio efectiva real (TCER)⁴ revela uma apreciação real da moeda desde o início do milénio derivada do aumento do diferencial do nível médio de preços interno face aos parceiros comerciais de Angola. O aumento da massa monetária em circulação e a maior pressão da procura interna, decorrentes das receitas com a exportação de petróleo, exercem uma forte pressão sobre o nível de preços interno (atribuindo inclusive o estatuto de cidade mais cara do mundo a Luanda), torna o recurso a importações relativamente menos oneroso, desencorajando a produção interna, e prejudicando o sector produtivo não-petrolífero⁵. De facto, apenas em 2003 as taxas de inflação homólogas desceram abaixo dos três dígitos e apenas em 2005 desceram abaixo dos 20%, encontrando-se actualmente estáveis em torno dos 9%.

O elevado nível de preços é também consequência de constrangimentos do lado da oferta: das ineficiências ao nível da rede de transportes, armazenamento, energia, que resultaram em parte da destruição causada durante a guerra civil. Recentemente foi reforçada a estratégia de desenvolvimento do tecido produtivo (por exemplo, através da criação de um Plano de Desenvolvimento Nacional para 2013-17), com o objectivo de delinear a estratégia de diversificação da economia - a implementação plena do PND deverá contribuir decisivamente para reduzir estas limitações.

Apreciação da TCER é consequência da abundância de petróleo



Composição das importações em 2012



³Eric A. Hanushek e Wößmann, L. (2007): "The Role of Education Quality in Economic Growth", World Bank Policy Research Working Paper 4122, Fevereiro de 2007;

⁴A TCER corresponde à taxa de câmbio nominal efectiva (média geométrica das taxas de câmbio bilaterais de Angola com os seus parceiros comerciais ponderada pelo peso do comércio bilateral no comércio total) ajustada pelo diferencial de preços entre Angola e os parceiros comerciais. Para uma informação mais pormenorizada, veja-se Darvas, Z. (2012): "Real Effective Exchange Rates for 178 Countries: a New Database", Bruegel Working Paper 2012/06, Março de 2012;

⁵Apesar do peso das exportações não petrolíferas no total exportado ser residual, o efeito da taxa de câmbio incide também sobre as expectativas. O verdadeiro conhecimento do impacto da real desvalorização requer uma estimativa sobre o número de empresas que poderiam existir se a TCER tivesse permanecido estável.

Citando o relatório do ICG, "a relação entre a abundância de recursos naturais e níveis de prosperidade depende do uso que as nações fazem das receitas provenientes das exportações destes recursos. Os países que utilizarem estas receitas em despesa corrente em vez de em investimentos produtivos provavelmente não irão beneficiar de elevadas taxas de crescimento no longo-prazo". Assim, a implementação de uma estratégia de diversificação sólida e estruturada do tecido produtivo será determinante para que Angola continue a beneficiar de taxas de crescimento elevadas.

FINANÇAS PÚBLICAS - PLANEAMENTO REVELA-SE NECESSÁRIO PARA MANTER EQUILÍBRIO ...

O rápido crescimento de Angola no período que se seguiu ao fim da guerra civil permitiu que algumas necessidades primárias fossem satisfeitas, nomeadamente ao nível das infra-estruturas. No entanto, à medida que são suprimidas as mais básicas necessidades, torna-se necessário um planeamento mais detalhado do programa de despesas públicas para canalizar o investimento para sectores que garantam o maior retorno social.

Neste sentido, a preparação do primeiro recenseamento da população desde 1970, planeado para o próximo ano, será essencial para calcular as necessidades de infra-estruturas e melhor gerir a despesa pública. Até agora, os projectos têm sido todos executados com base em estimativas para a população, limitando o conhecimento exacto das necessidades reais da população.

O OE para 2013 prevê um aumento das despesas de investimento próximo de 58% face à execução orçamental do ano anterior, para um total de 1,639.3MM de Kz (aproximadamente USD 17.0MM). Estas despesas destinam-se maioritariamente a obras de construção e reabilitação de instalações, que em parte servirão para pagar despesas que já estavam em execução em 2012 mas que não foram inicialmente incluídas no OE desse ano, revelando um compromisso do Estado em garantir uma maior transparência e equilíbrio das contas públicas. A incorporação da actividade da Sonangol no orçamento de 2013 constitui também um exemplo de maior planeamento, com o objectivo de aumentar a transparência do sector público. Como resultado, o OE para 2013 foi um orçamento expansionista, marcado por uma expansão da despesa em 27% e redução da receita em 4% (comparando com a execução orçamental de 2012), tendo como referência um crescimento projectado do PIB real de 7.1% e uma taxa de inflação esperada de 9.0%. No entanto, entre Janeiro e Setembro, a taxa de execução da despesa de capital face ao OE encontrava-se ainda próxima de 40%, sinalizando um pendor mais restritivo do que o planeado da política orçamental e sugerindo um possível abrandamento do crescimento da actividade económica nesse período.

A prossecução de uma política orçamental sustentada e transparente e o esforço de alargamento da base tributária nos sectores não-petrolíferos, bem como o apoio continuado ao desenvolvimento económico e social do país, serão determinantes para garantir a credibilidade externa do governo Angolano num contexto em que o país analisa a possibilidade de emitir títulos de dívida no mercado primário internacional (emissão adiada para 2014). Os esforços desenvolvidos para garantir um maior planeamento - destaca-se o Programa de Investimentos Públicos (PIP) e a preparação dos censos em 2014 - e o interesse público em garantir o equilíbrio das finanças públicas deverão contribuir para que a colocação de dívida seja bem sucedida. Com esta emissão, Angola passará a beneficiar de uma maior exposição nos mercados internacionais, o que deverá aumentar os fluxos de capital direccionados para o país.

De facto, nota-se uma tendência crescente entre os países Africanos no recurso à emissão de *eurobonds*: a Tanzânia efectuou recentemente uma emissão de obrigações no valor de USD 600MM, a Nigéria e o Gana voltaram ao mercado e o Quénia está também a preparar a sua primeira emissão de dívida, que possivelmente será efectuada em 2014.

... MAS AS CONTAS PÚBLICAS CONTINUAM MUITO DEPENDENTES DE RECEITAS DO PETRÓLEO

O governo tem conseguido alcançar elevados excedentes nas contas públicas, mantendo a dívida numa trajectória controlada e sustentada. Os pagamentos em atraso que se têm verificado ao longo dos últimos anos devem-se supostamente a dificuldades de planeamento, não se devem a necessidades de caixa. De acordo com o OE 2013, o governo garantiu um excedente orçamental (estimado) de 954.8MM Kz (8.7% do PIB) em 2012, depois de em 2011 ter conseguido um excedente de 1,152.6MM Kz (12.2% do PIB) - apesar de estas estimativas serem significativamente superiores às do FMI. Ainda assim, o excedente orçamental de Angola em 2012 (4.5%, segundo o FMI) é muito superior à média dos países exportadores de petróleo (-0.4%).

Por sua vez, o *stock* da dívida pública desceu para USD 33.1MM no final do primeiro trimestre do ano (27.8% do PIB, inferior ao "nível de endividamento ideal não superior a 30% do PIB"⁶), face aos 33.9MM registados no final de 2012. A dívida governamental (que exclui a dívida externa das empresas públicas - constituída pela dívida da Sonangol e da TAAG) atingiu, no final do primeiro trimestre, o equivalente a 20.6% do PIB (a dívida governamental detida por estrangeiros desceu para 10.2%), um valor reduzido por comparação com a média dos países emergentes (34.7%) e com a média dos países da África Subsariana (33.9%); todavia, no âmbito dos países exportadores de petróleo, apenas o Chade apresenta um rácio de dívida pública superior ao de Angola (36.1%).

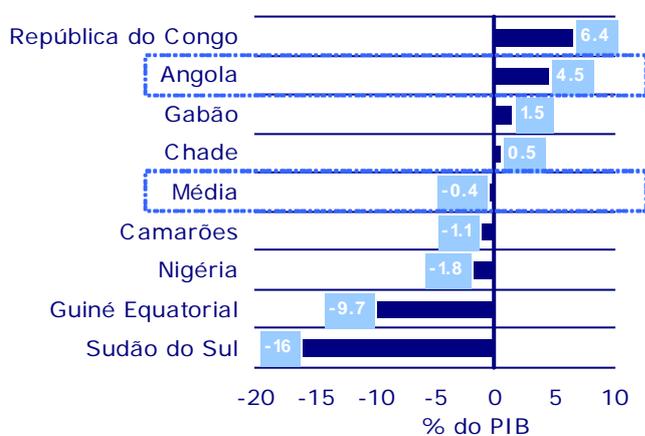
⁶Citação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, pp. 42, República de Angola, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

O equilíbrio das finanças públicas continua, no entanto, associado às receitas provenientes do sector petrolífero. Excluindo o sector petrolífero, o saldo orçamental primário (em relação à produção não-petrolífera) no final do ano deverá registar um défice próximo de 50% (em percentagem do PIB total, o défice primário não petrolífero reduz-se para 28.9%). De facto, o peso das receitas petrolíferas na receita total realizada até ao final de Junho, de acordo com o balanço da execução do OGE no segundo trimestre de 2013, correspondeu a 74.5%. Este desequilíbrio reforça a necessidade de reestruturação do tecido produtivo da economia e do consequente alargamento da base tributária nos outros sectores.

No próximo ano, de acordo com a proposta de OE para 2014, a défice orçamental global deverá ser inferior a 10% enquanto que o saldo não petrolífero (em percentagem do PIB não petrolífero) deverá fixar-se nos -45%. O valor elevado previsto para o défice corrente prende-se com o aumento da despesa prevista para Kz 7.2 biliões, mais 9.1% face ao previsto no OE de 2013, com prioridade para as áreas de apoio social.

Angola c/excedente orçamental superior à média dos países exportadores de petróleo

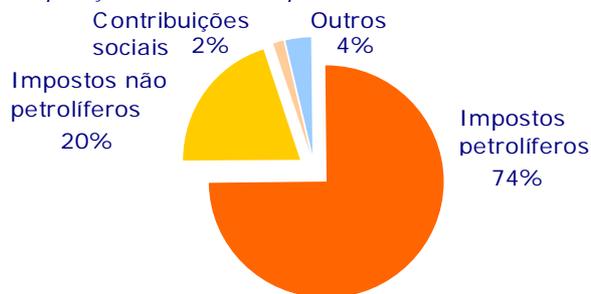
Saldo orçamental em 2012



Fonte: FMI

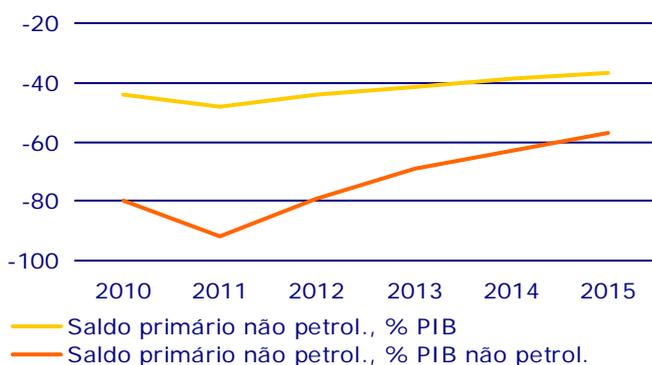
Receitas públicas estão muito dependentes de impostos petrolíferos

Composição das receitas públicas



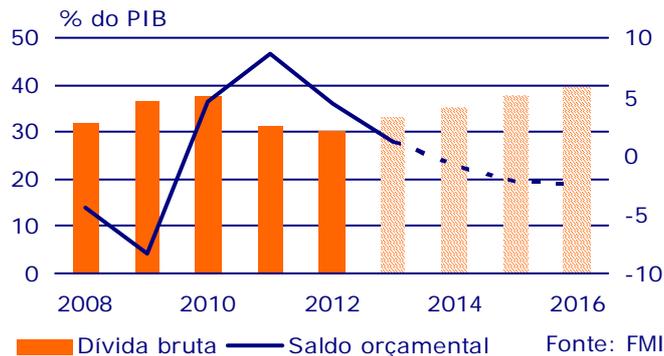
Fonte: Ministério das Finanças (estimativa 2012)

Contas públicas não petrolíferas espelham desequilíbrio significativo



Fonte: FMI

Dívida pública permanece controlada



Fonte: FMI

Por último, os subsídios aos combustíveis continuam a constituir uma importante fonte de despesa para o Estado. Segundo as últimas estimativas divulgadas pelo representante do FMI em Angola, os subsídios aos combustíveis pesam cerca de 4% no PIB do país, o que equivale a cerca de 9% das receitas do Estado. Note-se que, para além do custo associado no OE, que implica um elevado custo de oportunidade, a existência destes subsídios introduz distorções no mercado, ao afectar os preços relativos.

ANGOLA É CANDIDATA A PAÍS DE RENDIMENTO MÉDIO...

O esforço de reconstrução do país no pós guerra e a aplicação das receitas geradas pelo sector petrolífero na dinamização da economia deram um impulso significativo ao desenvolvimento da actividade económica, contribuindo para que Angola tenha sido um dos Países Menos Desenvolvidos (*Least Development Countries*, ou LDC) com maior crescimento nos últimos anos. Entre 2002 e 2012, o PIB per capita médio de Angola, medido em Paridade do Poder de Compra (PPC) a preços constantes, mais do que duplicou, tendo atingido os USD 6,092 em PPC por habitante (em 2002 era 2,602 USD).

Como resultado, Angola já ultrapassou largamente o limiar de rendimento utilizado pelas Nações Unidas para classificar países na categoria de LDC, pelo que está em curso a candidatura do país à alteração desta classificação. Os critérios actualmente definidos baseiam-se no Produto Nacional Bruto (PNB) per capita, num índice de capital humano (HAI) e num índice de vulnerabilidade económica (EVI), em que os dois últimos compreendem diversos indicadores: o primeiro é composto pela percentagem da população subnutrida, taxa de mortalidade infantil, frequência do ensino secundário e taxa de alfabetização de adultos, enquanto que o segundo é composto por indicadores da população, isolamento, concentração das exportações, percentagem da agricultura no PIB, etc.

O último relatório da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development) para o país destaca o elevado ritmo de crescimento económico Angolano desde 2000, realçando que a taxa de crescimento média anual da produção interna real na primeira década do novo milénio ultrapassou o objectivo de 7% definido por Bruxelas no seu programa de apoio aos LDC. Já em Julho do ano passado o Banco Mundial tinha alterado o estatuto de Angola, de país com rendimento médio inferior para país com rendimento médio superior, como resultado do forte progresso económico.

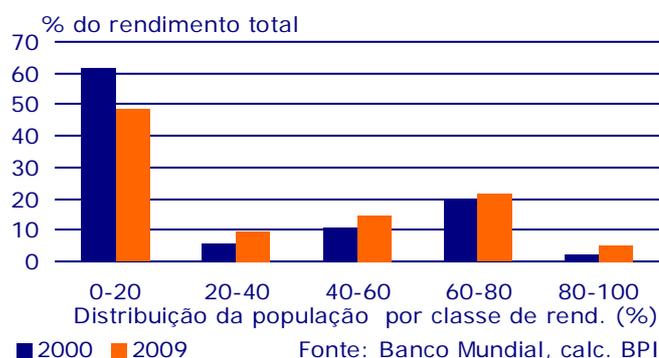
... MAS DESIGUALDADES SOCIAIS E NÍVEIS DE POBREZA MANTÊM-SE ELEVADOS

Apesar da rápida expansão do PIB, Angola ainda está classificada pelas Nações Unidas como um país de baixo desenvolvimento, ocupando a 148ª posição (em 187 países) do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que agrega informação económica e social. Por sua vez, a UNCTAD destaca que o progresso feito para diversificar a economia e para melhorar os indicadores sociais e humanos tem sido muito limitado, o que poderá inviabilizar a candidatura de Angola para abandonar a classificação de LDC.

Angola está bem posicionada para cumprir a primeira meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que consiste em reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população cujo rendimento é inferior a USD 1 por dia. Segundo os dados mais recentes do Banco Mundial, em 2009 cerca de 43.3% da população vivia com menos de USD 1.25/dia, o que compara com uma percentagem de 54.3% em 2000. No entanto, se considerarmos o limiar de USD 2/dia, o progresso é menos evidente: em 2009 cerca de 67.4% da população subsistia com menos de USD 2/dia, um progresso pouco expressivo face aos 70.2% em 2000. Por outro lado, as dificuldades existentes na obtenção destes indicadores, associadas à inexistência de censos actualizados da população, impedem um conhecimento exacto do progresso na concretização dos ODM.

O progresso em indicadores relacionados com a saúde e a educação tem sido lento (vejam-se os quadros em baixo), embora o peso da despesa pública orientada para estes sectores, tanto em percentagem do PIB como em percentagem da despesa pública total, tenha aumentado nos últimos anos. Em particular, os índices de mortalidade infantil e de subnutrição, na área da saúde, e a taxa de abandono escolar, na área da educação, permanecem preocupantes, impedindo um progresso mais rápido em termos de desenvolvimento social e humano e colocando em risco o cumprimento dos restantes ODM. De facto, o *score* do IDH teve apenas um aumento marginal entre 2000 e 2012, de 0.375 para 0.508, enquanto que o PIB mais do que triplicou. Neste sentido, o Orçamento de Estado para 2014 deverá dar ainda maior apoio aos sectores prioritários, tendo o governo referido que cerca de 30% da despesa deverá ser direccionada para áreas sociais.

Rendimento distribuído de forma muito desigual



Os níveis de pobreza estão relacionados com a distribuição muito desigual do rendimento, derivado do facto de os sectores petrolífero e diamantífero, maiores geradores de rendimento, empregarem em conjunto apenas 0.6% da população⁷. Cerca de 48.6% do rendimento total do país está concentrado nos 20% da população com maiores rendimentos,

⁷ Com base em dados apresentados no Relatório Económico de Angola 2012, publicado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

enquanto que os 20% da população na cauda da distribuição de rendimento detêm apenas 5.4% do rendimento nacional. Ainda assim, a distribuição do rendimento está menos desigual do que no início do milénio, reflectindo algum progresso na promoção da diversificação do tecido produtivo da economia - o índice de Gini permanece muito elevado, com o valor 0.43 em 2009, mas inferior aos 0.59 de 2000.

Comparação de indicadores seleccionados: educação

	Angola		África Subsariana	
	2000 (*)	Valor mais recente	2000 (*)	Valor mais recente
Alunos matriculados no ensino pré-primário (**)	27.2%	104.4%	11.3%	18.1%
Alunos matriculados no ensino primário (**)	84.5%	124.4%	81.3%	100.0%
Alunos matriculados no ensino secundário (**)	14.9%	31.3%	26.1%	41.0%
Alunos matriculados no ensino terciário (**)	0.6%	3.7%	4.4%	7.6%
Anos de escolaridade esperados à nascença	4.6	10.2	-	-
Despesa pública com educação, % da despesa pública total	6.4%	8.5%	-	16.2%
Despesa pública com educação, % do PIB	2.6%	3.5%	3.4%	4.3%
Número de anos médio de escolaridade de adultos	4.4	4.7	-	-
Rácio de alunos-professores no ensino primário	41.8%	45.6%	42.4%	42.6%
Rácio de alunos-professores no ensino secundário	18.8%	38.7%	25.7%	25.7%
Taxa de abandono do ensino primário	-	68.1%	-	-
Taxa de alfabetização de adultos	67.4%	70.1%	57.4%	59.8%

Fonte: Banco Mundial.

Notas: (*) Nalguns casos não foi possível obter informação exactamente para o ano 2000, pelo que se apresentam os valores para o ano mais próximo; (**) Em percentagem da população em idade de frequentar este tipo de ensino. Valores podem ser superiores a 100% devido à inclusão de crianças (ou adultos) com idade inferior ou superior à idade de frequentar o ensino. Por exemplo, considera crianças com entrada tardia para o ensino escolar, repetentes ou adultos.

Comparação de indicadores seleccionados: saúde

	Angola		África Subsariana	
	2000 (*)	Valor mais recente	2000 (*)	Valor mais recente
Casos de malária, por 100 mil pessoas	-	21,593	-	26,118
Déficite alimentar, kilocalorias diárias por pessoa	361.0	176.0	210.8	177.7
Esperança média de vida à nascença, anos	45.2	51.1	49.8	54.7
Gastos públicos com saúde, % despesa pública total	2.9%	6.1%	-	-
Gastos públicos com saúde, % PIB	1.7%	2.2%	2.4%	2.9%
Gastos públicos e privados com saúde, % PIB	2.9%	3.5%	5.9%	6.4%
Número de médicos, por 1,000 pessoas	0.077	0.166	0.169	0.16
Partos assistidos por médicos qualificados, % do total	44.7%	47.3%	42.4%	47.2%
População rural com redes sanitárias desenvolvidas, % do total	11.1%	19.4%	20.5%	23.6%
População urbana com redes sanitárias desenvolvidas, % do total	74.5%	85.8%	40.6%	42.1%
Prevalência de VIH, % pop. idade activa	1.6%	2.1%	6.0%	4.9%
Sub-nutrição, % crianças < 5 anos	27.5%	15.6%	-	-
Taxa de mortalidade, por 1,000 pessoas	19.4%	14.0%	15.4%	12.3%
Taxa de mortalidade infantil, por 1,000 nados vivos	203.4	163.5	150.8	97.5
Taxa de mortalidade neonatal, por 1,000 nados vivos	50.7	45.4	41.7	32.2
Utilização de redes de protecção contra insectos, % crianças < 5 anos	2.3%	25.9%	-	37.5%

Fonte: Banco Mundial.

Notas: (*) Nalguns casos não foi possível obter informação exactamente para o ano 2000, pelo que se apresentam os valores para o ano mais próximo.

NOVA LEI CAMBIAL - SISTEMA BANCÁRIO COM NOVO DINAMISMO...

A última fase da nova lei cambial teve início em Outubro, obrigando as empresas petrolíferas a efectuar o pagamento a fornecedores de bens e serviços não residentes cambiais através de instituições financeiras bancárias nacionais. Os fluxos financeiros que não passavam pelo sistema financeiro doméstico passam a ser internalizados, o que tem aumentado o volume de moeda estrangeira à disposição dos bancos nacionais, nomeadamente daqueles com maior relacionamento com as instituições petrolíferas internacionais, investidoras nos vários projectos de exploração. A terceira fase da nova lei, com início em Julho, obrigou as empresas do sector petrolífero a efectuar os pagamentos ao Estado e a fornecedores de bens e serviços residentes cambiais em moeda nacional.

A introdução da nova lei cambial constitui uma oportunidade de desenvolvimento do sector financeiro, reforçando a dinâmica do sector e incentivando a criação de novos produtos financeiros (designadamente à criação de instrumento de protecção de risco cambial), ainda que aumente os desafios, sobretudo na fase inicial da implementação da lei.

Efectivamente, o aumento das transacções no mercado cambial interbancário, tem-se repercutido num aumento da volatilidade da taxa de câmbio, com impacto potencial sobre a taxa de inflação, dado o elevado peso dos bens importados no cabaz de consumo médio.

...CARACTERIZADO POR ELEVADA LIQUIDEZ

O modelo de negócio do sector bancário Angolano segue o modelo tradicional de retalho assente principalmente na captação de recursos, na concessão de financiamento e no investimento em títulos do tesouro. Este equilíbrio, caracterizado por reduzidos volumes de crédito (no final de 2012, o crédito interno correspondia a apenas 32% do PIB), tem sido determinado em parte pela ausência de projectos bem estruturados e pelas elevadas assimetrias de informação entre as instituições financeiras e empresas e/ou particulares, que dificultam a análise do perfil de crédito.

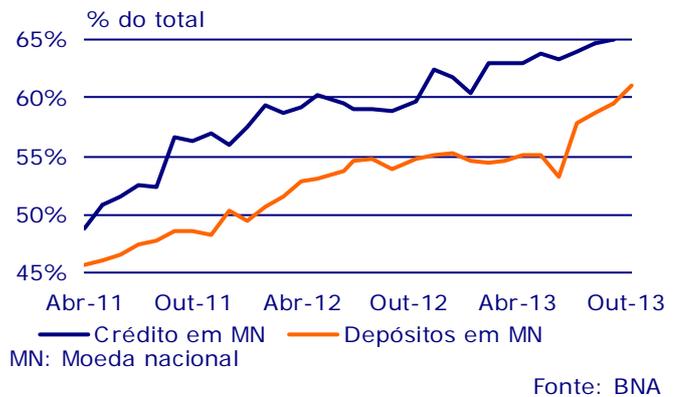
O sistema bancário é caracterizado por elevados níveis de liquidez e apresenta um rácio de transformação (crédito / depósitos) moderado (64.3% em Setembro - este valor é no entanto uma média que pode ocultar situações diversas entre as várias instituições de crédito). A introdução da nova lei cambial contribuiu para aumentar o peso do crédito e depósitos em moeda nacional, no âmbito da desdolarização da economia. Este processo, que constitui uma prioridade actual da política monetária, tem por objectivo reforçar a utilização do kwanza e reduzir o peso do dólar na economia local, contribuindo para o controlo da inflação. O peso dos depósitos em moeda nacional, que no final de 2009 era de apenas 49.3%, subiu para 61.0% no final de Outubro, enquanto que a percentagem do crédito concedido em kwanzas já atingiu os 67%, bem acima dos 45.8% no final de 2009.

O crédito mal parado⁸, equivalente a cerca de 6% do crédito total de acordo com dados de Agosto, encontra-se estável e não constitui actualmente um risco elevado para a solvabilidade dos bancos. Os rácios de solvabilidade apontam também para um sistema bancário bem capitalizado: os fundos próprios equivalem a 12.9% (dados relativos ao mês de Setembro) dos activos ponderados pelo risco, encontrando-se acima do mínimo regulamentar exigido (10%).

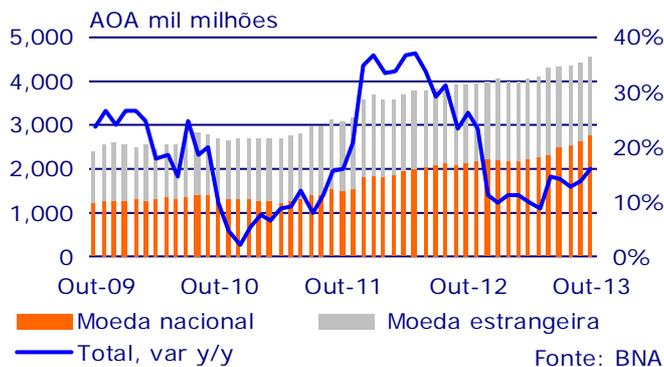
Aumento da volatilidade cambial com introdução da nova lei



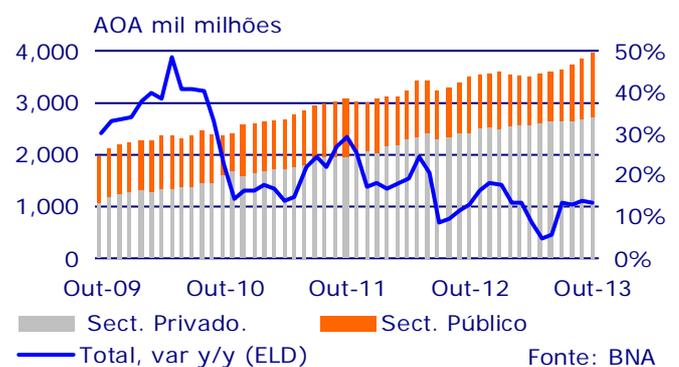
Desdolarização da economia acentua-se com novas regras sobre o sector financeiro



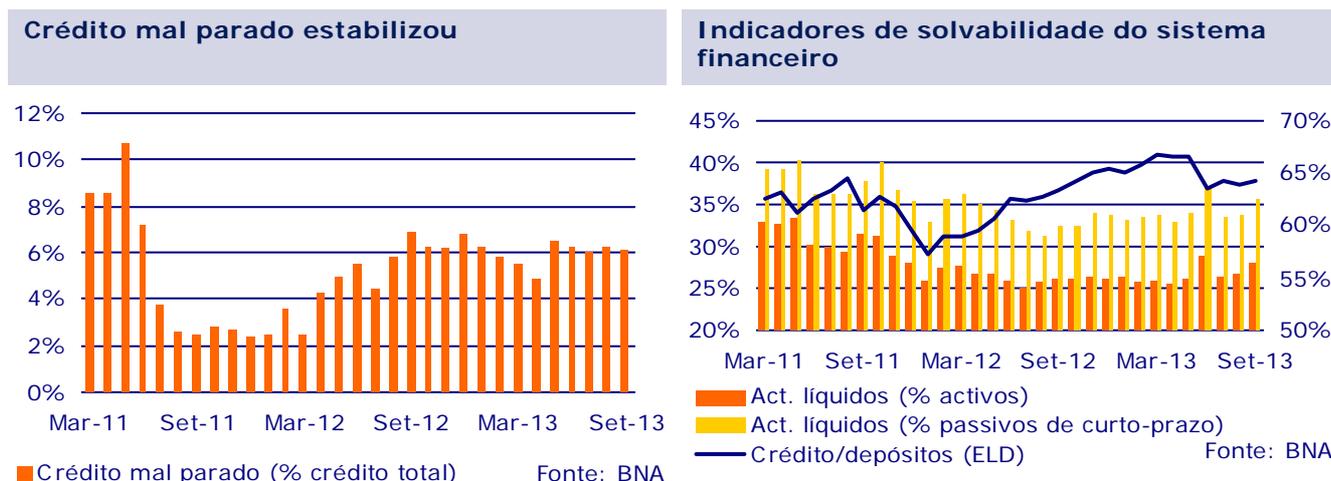
Evolução dos Depósitos



Evolução do Crédito



⁸ De acordo com o BNA, o crédito vencido é classificado em diferentes níveis de risco "em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento"



CONCLUSÃO

A economia Angola irá provavelmente enfrentar um período de crescimento mais moderado, depois de ter exibido um período de rápida expansão a seguir ao fim da guerra civil. No entanto, tal não significa uma redução das perspectivas positivas para o país, que continua a encontrar suporte um cenário de próspero crescimento populacional e de acumulação de capital físico. Segundo estimativas baseadas na capacidade de extracção actual de petróleo e nas reservas conhecidas, a produção petrolífera deverá continuar abundante pelo menos nos próximos 20 anos, continuando a gerar riqueza que pode ser aproveitada para promover a necessária diversificação do sector produtivo nacional. Foram também desenvolvidos mecanismos para prevenir choques futuros sobre a economia, como o que sucedeu em 2009, e minimizar o seu impacto sobre a actividade económica geral, conferindo bastante consistência à hipótese de um crescimento moderado no médio / longo-prazo.

Existem vários sectores produtivos com potencial de desenvolvimento, nomeadamente ao nível da exploração de outros recursos naturais como a agricultura, as pescas e a agro-indústria ou o sector mineral fora das actividades petrolíferas e diamantíferas, que deverão continuar a atrair investimento e poderão assumir-se como os próximos dinamizadores do país. Outros sectores apresentam também perspectivas de desenvolvimento favoráveis, nomeadamente o sector do comércio, em virtude da estrutura demográfica e crescimento populacional do país, e os sectores expostos ao investimento em infra-estruturas, como a construção e energia eléctrica. O potencial de crescimento da economia é elevado e os actuais desenvolvimentos apontam para que se reforce o papel de Angola como potência estratégica em África. A posição geográfica do país, o ritmo de crescimento demográfico, a aposta no ensino universal e o esforço institucional para desenvolver a economia local são alguns dos factores na base deste cenário optimista.

No entanto, existem ainda elevados desafios que terão que ser ultrapassados para assegurar estabilidade política, económica e financeira. É principalmente necessária uma maior aposta na qualidade do ensino e na saúde da população, para garantir a criação dos alicerces fundamentais ao desenvolvimento do país. A capacidade de geração de emprego é um dos principais desafios para as autoridades angolanas, fundamental para a afirmação de uma classe média e para a redução das disparidades de rendimento.

Apesar dos desafios que ainda persistem, destaca-se o progresso significativo em termos de indicadores económicos e sociais conseguido com apenas uma década de paz. A guerra civil, terminada em 2002, deixou profundas marcas de devastação física e humana que à partida inviabilizariam um tão rápido crescimento económico. Partindo de uma base muito reduzida, Angola conseguiu ultrapassar as memórias deixadas pela guerra e conquistar um desenvolvimento substancial do nível de rendimento médio da população bem como dos indicadores de pobreza extrema.

Por último, têm sido desenvolvidos esforços notáveis e significativos para melhorar a transparência da gestão das contas públicas, o que tem contribuído para elevar a credibilidade do Governo de Angola no panorama internacional, favorecendo a captação de investimento estrangeiro. A estabilidade macroeconómica estará directamente relacionada com esta capacidade demonstrada em garantir maior transparência, constituindo um pilar determinante na construção do modelo de crescimento económico de Angola.

Principais indicadores económicos

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
População (milhões de habitantes)	18.50	19.05	19.63	20.21	20.82	21.44
PIB per capita (USD PPC)	5,608	5,699	5,862	6,092	6,330	6,638

Fonte: FMI WEO Outubro 2013.

Produto Interno Bruto

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
PIB nominal (mil milhões AOA)	5,988.7	7,579.5	9,780.1	10,998.4	12,049.6	13,366.7
PIB nominal (mil milhões USD)	75.5	82.5	104.1	115.2	124.0	133.5
PIB real (variação %) (*)						
Petróleo	-5.1	-3.0	5.6	4.3	6.6	4.5
Não-petróleo	8.1	7.6	9.7	9.1	7.3	9.7
PIB, óptica da produção (%)	100	100	100	100	-	-
Agricultura e pescas	10.5	10.1	9.5	10.8	-	-
Petróleo	45.6	45.9	48.6	44.5	-	-
Diamantes	0.9	1.0	0.9	0.8	-	-
Indústria transformadora	6.2	6.3	6.1	6.5	-	-
Electricidade	0.1	0.1	0.1	0.1	-	-
Construção	7.7	8.1	7.9	8.4	-	-
Comércio	21.2	21.0	19.9	21.7	-	-
Outros	7.8	7.4	7.0	7.3	-	-

Fonte: FMI WEO Outubro 2013, Ministério das Finanças.

Petróleo

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
Produção de petróleo (milhões barris/dia)	1.81	1.76	1.66	1.80	1.86	1.91
Exportações de petróleo (mil milhões USD)	39.9	49.4	65.7	65.7	62.7	62.9
Preço por barril de petróleo de Angola (média)	60.9	77.8	110.3	101.8	94.2	91.6
Preço por barril de petróleo (média)	61.8	79.0	104.0	101.8	94.2	91.6

Fonte: FMI Article Report IV Agosto 2012.

Previsões para o crescimento real do PIB (%)

	2011	2012	2013	2014
BPI (Nov 13)	3.9	5.8	5.2	5.3
Orçamento de Estado 2013	3.9	7.4	7.1	8.0
FMI (Out 13)	3.9	5.2	5.6	6.3
EIU (Nov 13)	3.9	6.8	6.8	5.9

Base de Dados

Taxa de inflação

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
Final de período (%)	14.0	15.3	11.4	9.0	8.9	8.0

Fonte: FMI WEO Outubro 2013.

Sector externo

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
Exportações (% PIB)	54.2	61.4	64.5	59.5	54.4	51.5
das quais: petróleo	52.9	59.9	63.0	58.3	53.1	50.3
Importações (% PIB)	30.0	20.2	19.4	20.0	20.8	21.2
Balança corrente (% PIB)	-9.9	8.1	12.6	9.2	7.1	4.6
Res. int. brutas (milhões USD)	13,126.0	19,225.8	27,482.6	31,030.9	34,416.3	37,143.3
Res. int. brutas (meses de import.)	4.4	5.1	6.9	7.7	8.2	8.3

Fonte: FMI WEO Outubro 2013, FMI Article Report IV Agosto 2012.

Finanças públicas

	2009	2010	2011	2012E	2013P	2014P
Receitas (% PIB)	34.6	43.5	48.8	46.0	41.1	39.8
Despesa (% PIB)	42.9	38.9	40.2	41.5	40.0	40.6
Saldo orçamental (% PIB)	-8.3	4.6	8.7	4.5	1.2	-0.8
Dívida pública bruta (% PIB)	36.5	37.6	31.5	30.2	33.2	35.1

Fonte: FMI WEO Outubro 2013.

Principais indicadores financeiros

	2009	2010	2011	2012	2013*
Taxa de câmbio					
USD/AOA (final de período)	89.2	92.6	95.5	96.1	97.8
USD/AOA (média)	79.2	91.9	94.0	95.7	96.8
M3 (final de período, mil milhões AOA)	2,548	2,728	3,657	3,876	4,219
Taxas de juro nominais (moeda nacional, final de período)					
Taxas activas (sector empresarial)					
até 180 dias	15.6%	19.0%	16.7%	15.3%	14.5%
181 dias - 1 ano	19.4%	18.2%	16.3%	14.4%	13.3%
> 1 ano	19.0%	23.7%	17.2%	15.1%	14.1%
Taxas passivas					
Depósitos à ordem	2.6%	2.4%	0.1%	0.0%	0.0%
até 90 dias	12.1%	8.2%	3.8%	3.1%	3.5%
91 - 180 dias	12.6%	10.0%	5.0%	4.7%	4.0%
181 dias - 1 ano	11.6%	6.8%	5.4%	4.9%	5.2%
> 1 ano	4.6%	1.6%	5.2%	7.0%	5.5%

Fonte: BNA, Bloomberg.

Nota: * Com base em informação disponível à data de 9 de Dezembro.

"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

BANCO BPI. S.A.

Rua Tenente Valadim, 284
Telef.: (351) 22 207 50 00

4100 - 476 PORTO
Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º
Telef.: (351) 21 724 17 00

1269-067 LISBOA
Telefax: (351) 21 353 56 94